

DO TRABALHO CONCRETO AO TRABALHO ABSTRATO O CASO FRANCÊS

*IDENI TEREZINHA ANTONELLO
JOSÉ ALEXANDRE FELIZOLA DINIZ*

Introdução

Os avanços espetaculares da tecnologia, na contemporaneidade, fazem sentir sua potência no mundo do trabalho. Do modelo fordista, que tinha como fulcro do processo produtivo o trabalho humano, ao neofordista, que transubstancia a base produtiva a partir do trabalhador-máquina (robôs), o campesinato é envolto neste movimento. Por conseguinte muta-se. A metamorfose do trabalho fomenta o metabolismo na forma como o trabalho aparece ao grupo doméstico rural, que passa da forma de trabalho concreto à forma de trabalho abstrato. Neste sentido, ancorou-se teoricamente em duas categorias de análise: o trabalho concreto e o trabalho abstrato, ou seja, é a partir das metamorfoses do trabalho que busca-se entender a mutação do camponês frente à lógica capitalista.

Pois, o processo vital social do campesinato em sua relação direta com a natureza possui um conteúdo sensível de trabalho. Trabalho como atividade existencial, isto é, aquele necessário para a continuidade da vida, que subentende a produção da vida material e, portanto o desenvolvimento dos meios de vida que possibilitam satisfazer as necessidades básicas como comer, beber, habitar, enfim, manter-se vivo. Marx salienta que é exatamente neste ponto, ao produzir seus meios de vida que o homem começa se diferir do animal. Assim, o homem apresenta uma “natureza humana” imbuída de potencial, que se materializa como atividade prática no trabalho, levando a natureza humana (essência) a alterar-se conforme cada época histórica. Isso consiste na autocriação do homem pelo homem, em um constante processo de criação/destruição, pois a natureza humana é mutável, no sentido de que é um produto histórico resultado do trabalho.

A atividade do homem é sua atividade vital, e sua relação com o mundo material (Natureza) não é refratária; pelo contrário, existe uma interação entre ambos no processo de trabalho, no qual o homem se naturaliza e, ao mesmo tempo, humaniza

a natureza. Contudo, o homem é um ser natural; ele defronta-se com a natureza com suas “forças naturais”, mas as coloca em movimento com objetivo projetado sobre a matéria natural, ocorrendo a objetivação da natureza em função das necessidades humanas. Afinal, o que distingue “... o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”(Ibid., p.149).

No processo de existência o trabalho se realiza e, ao mesmo tempo, existir significa objetivação da força de trabalho dispendida, que é a materialização do próprio trabalho.

Neste sentido, o trabalho é o fio condutor da ação humana, tanto física como mental; portanto, o resultado do processo de trabalho estava, de antemão, construído na cabeça do homem antes de obtê-lo concretamente. Assim,

“No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um **valor de uso**; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado.[...] **Ele fiou e o produto é um fio**” (MARX, 1988, p.151, grifo nosso).

O trabalho, fonte da satisfação humana, ganha vida no processo, e este, quando desencadeado a partir das necessidades corporais básicas, configura-se na relação simples de apropriação do natural pelo homem. É o trabalho direcionado a um fim, a produção de valores de uso, pois “... o valor de uso só tem valor pelo uso e só se realiza no processo de consumo” (MARX, 1977, p.31).

Essa forma específica de trabalho é, de fato, resultado do processo de trabalho elementar; em outras palavras, o produto e o usufruto do trabalho aparecem sob a forma direta, concreta, expressão do “metabolismo entre o homem e a Natureza”. O trabalho é, assim, útil e concreto, condição natural de existência humana, sendo comum e presente em todas as formas sociais.

Porém, com o avanço das forças produtivas e sob a compulsão imanente do homem na criação e satisfação das novas necessidades, o trabalho passa de atividade concreta, sensível, para um dispêndio de força produtiva direcionada à produção de “valores de troca”, garantida pelo trabalho que assume a forma de “trabalho abstrato”. O trabalho criador de valor de troca consiste naquele passível de ser medido quantitativamente, isto é, que permite igualizar os diferentes trabalhos de diferentes indivíduos, remetendo-os a um denominador comum, o valor de troca. Assim, “... o trabalho de qualquer indivíduo, quando se manifesta no valor de troca, possui este caráter social de igualdade e só se manifesta no valor de troca quando,

relacionado com o trabalho de todos os outros indivíduos, é considerado como trabalho igual” (MARX, 1977, p.35).

O trabalho que se realiza em valores de troca subentende produtor de mercadorias, trabalho social materializado, indiferente à forma singular do próprio trabalho. É, portanto, o trabalho reduzido à um equivalente de tempo, pois “... enquanto valores de troca, são apenas as diferenças de grandeza do trabalho nelas materializado”(Ibid.,p.33). Por conseguinte, o trabalho concreto, ao assumir a forma de trabalho abstrato, torna-se estranho, insensível ao seu criador, pois o produto do trabalho é despido de sua qualidade de valor de uso; representa a mercadoria, a qual é apenas considerada como resultado e não direcionada a um fim e, sim encerra um fim em si mesma; ora, não se trata de sua utilidade, mas do tempo de trabalho empregado para obtê-la, ou seja o valor de troca.

O trabalho concreto, vivo, se transmuta na objetivação do trabalho-mercadoria, expressão do trabalho morto. Este cristaliza a deformação da atividade humana como trabalho concreto e proscree a satisfação básicas do homem, a partir da venda da única mercadoria que lhe pertence a sua **força de trabalho**.

Entretentes, a força de trabalho é uma mercadoria singular, pois encerra o duplo caráter do trabalho; isto é, nela está contido tanto o trabalho concreto (valor de uso) como o trabalho abstrato (valor de troca). O trabalho alienado só existe para que pudesse existir, por virtude do capital, a propriedade privada, e esta existe para que existisse aquele. Assim, a introjeção da exteriorização do trabalho pelo homem fecunda-se no modo capitalista de produção, que planta e colhe os frutos do trabalho sob a forma de trabalho abstrato .

Sob as relações de mercado, o camponês é induzido a se familiarizar com as regras econômicas capitalistas. Aqueles que não introduzirem a lógica racional do capital serão economicamente eliminados. Ora, quando se fala em economicamente eliminado, julga-se do ponto de vista capitalista, da busca irrestrita do ganho econômico, da lógica do capital gerindo a organização e funcionamento da produção camponesa.

Contudo, no decurso da penetração do modo capitalista de produção, o campesinato mergulha em águas estranhas ao seu modo de vida tradicional, pautado em uma “economia de necessidade”. Em outras palavras, para o caráter tradicional do trabalho que revestia a produção camponesa direcionada à um fim, a racionalização econômica ao extremo constituía-se em uma irracionalidade incompreensível, a de transformar sua vida em função do trabalho, o trabalho como obrigação, isto é, “... que o homem existe em razão de seu negócio, ao invés de se dar o contrário” (WEBER, 1997,p.46).

Isso, obviamente, não quer dizer que os camponeses fossem desprovidos de sentimento de aquisição ou indiferentes às inovações. Simplesmente, viviam no

ritmo do trabalho concreto. Entretanto, com o avanço das forças produtivas e conseqüente massificação do trabalho, o campesinato é colocado contra o muro: ou adapta sua maneira de vida ao jogo de forças do mercado, ou mantém-se em letargia, sem poder ascender. Esses fenômenos fazem parte do avanço do modo capitalista de produção no setor rural e fomentaram a incorporação do racionalismo econômico por parte do trabalhador tradicional. Claro, isto deu-se de forma gradativa, particularmente para o campesinato que permanecia na terra reproduzindo-se com base na “economia de necessidade”.

À medida que o modelo de desenvolvimento econômico capitalista se desdobra no espaço rural, este é recriado em moldes capitalistas, no sentido de criar um espaço modernizado, no qual impera a modernização do processo produtivo. Cabe salientar que a metamorfose do trabalho é assumida integralmente nos países de capitalismo avançado e, dessa forma, materializa-se em espacialidades geograficamente desiguais do capital e, portanto, do trabalho abstrato.

A força fomentadora do capital, conjugada com seu instrumento de poder moderno, o Estado, cria as condições materiais e psicológicas do novo homem, ou melhor do novo empreendedor. O camponês, transfigurado em profissional agrícola, é a cristalização da passagem da lógica tradicional (saber camponês) para a racionalidade econômica (técnica) como geradora da produção camponesa, ou melhor, da nova agricultura comandada e organizada pelo seu fomentador, o Estado. O resultado é a produção do espaço agrícola direcionada na busca de potencialização econômica, com base na indústria de transformação, industrializando a própria agricultura, que passa a produzir dentro dos padrões modernos ditados pela tecnologia.

Com base nesse processo de transformações, tem-se como tese que o modelo de desenvolvimento fordista proporcionou a substituição do escravo-animal para o escravo-mecânico no processo produtivo agrícola, com a manutenção da força de trabalho vinculada à família rural, e apoiou no fulcro humano o trabalho industrial. O período pós-industrial propicia a transmutação do trabalhador-mecânico para o trabalhador-robô, e desobstrui as fronteiras da não industrialização da agricultura, promovendo a ascensão do trabalho abstrato sobre o trabalho coletivo familiar, com a emergência do profissional agrícola. Assim, o propósito primordial deste estudo é abarcar a mutação do campesinato fomentada pelas metamorfoses do trabalho. Entretanto, nota-se que o modelo de desenvolvimento fordista, sob a hegemonia do poder econômico dos Estados Unidos, disseminou-se desigualmente na economia mundial. O desenrolar do processo de acumulação capitalista em cada país apresenta diversidade, em função da sua especificidade sócio-econômica e cultural. Por conseguinte, no mundo e no interior de cada país verificam-se substanciais diferenças na organização do processo de trabalho no seus agros. De um lado, nos países de capitalismo avançado em seus agros a espacialização do capital faz sentir a força do conhecimento técnico/científico, transsubstancia a

agricultura em uma atividade profissional. Do outro lado, os agros inseridos em uma economia periférica, que se caracterizam por uma espacialização do capital fragmentada no espaço rural, fomenta uma metamorfose incompleta da forma como o trabalho se apresenta ao campesinato. Contudo, o intuito de análise do presente estudo é abarcar a primeira situação exemplificada com base na realidade francesa.

De Camponês Profissional¹

O espaço rural europeu se manteve em letargia durante a Idade Média, na qual o modo de produção feudal ditava as relações sociais de produção assentadas no trabalho servil. A partir do processo de desintegração do velho e a ascensão de um novo modo de produção, tornam-se imperativas as transformações dessas relações.

A evolução das relações sociais com a decomposição do feudalismo fomenta a produção do espaço rural apoiada em regimes agrários diferenciados, determinados em função da especificidade de cada país e do jogo de forças entre camponeses e senhores feudais no cercamento das terras. Para Servolin (1989), é possível distinguir-se três modelos: o modelo inglês, o modelo prussiano (leste-europeu) e o modelo camponês. Esses constituíram-se na essência das diretrizes da produção do espaço rural onde foram gestatório.

A produção do espaço rural francês será direcionada com base no “modelo camponês”, o qual representa a gênese do desenvolvimento de uma agricultura individual moderna. A mesma personifica “uma construção especificamente europeia”, pois ela é o produto do processo histórico europeu em seus conflitos e contradições (SERVOLIN, 1989).

Nesse contexto, a forma de produção camponesa obteve uma vitória sobre os senhores feudais na Europa Ocidental, ao desenvolver-se em pequenas glebas de terra com base no trabalho familiar. Ao contrário, a “via inglesa” levou-o à decomposição da produção familiar e estruturou a agricultura baseada no empreendedor capitalista-arrendatário, no proprietário fundiário e no trabalhador agrícola. Afinal, o pressuposto de uma agricultura desenvolvida a partir da lógica capitalista é o seguinte: “... os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um

¹ A análise da realidade do agro francês fundamentou-se, basicamente, na literatura francesa, através da realização de um estágio de pesquisa bibliográfica na Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, que também propiciou a observação direta da produção espacial do agro do país. Ressalta-se a decisão de realizar a tradução livre das citações textuais. Salienta-se que o estágio de pesquisa tornou-se possível via a concessão da bolsa – doutorado sanduíche pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica da produção”(MARX, 1988, p.113).

A raiz da produção familiar encontra-se nas mudanças ocorridas ao longo do domínio do feudalismo, ocasionadas pela evolução técnica resultante da passagem dos sistemas de rotação com pousio para sistemas com culturas forrageiras (leguminosas), que permitiram uma intensificação da produção. Como esses sistemas de produção demandavam um trabalho independente e intensivo, os senhores da terra perceberam a necessidade de deslocar o trabalho servil realizado em grandes equipes para o trabalho desenvolvido com base na força de trabalho familiar servil.

Dessa forma, configura-se uma situação em que grande parte da produção agrícola é obtida através da exploração do trabalho familiar, não generalizada, pois determinados feudos combinaram as duas formas de produção. Na primeira situação:

“Os senhores, donos da terra, se contentavam de prevalecer sobre ela uma renda, que à medida que se aproxima o fim do feudalismo é convertida em dinheiro. É esta pequena gleba que uma vez liberada dos entraves do sistema feudal, **deu nascimento à exploração camponesa**”(SERVOLIN, 1989, p.30 grifo nosso).

Essa forma de exploração, para Servolin, caracteriza-se pelo chefe da exploração dispor do controle sobre os meios de produção, particularmente, da terra, e “...seu objetivo é assegurar sua subsistência e de sua família, bem como a perpetuação da reprodução de sua exploração.” (Ibid., p.30). Contudo, um ponto chave continuava a pesar sobre a produção camponesa servil: a renda, que deveria ser repassada para o proprietário feudal, principalmente sob a forma de renda em produto e renda em trabalho e, posteriormente, sob a forma de renda em dinheiro.

A semente da produção agrícola assentada no trabalho familiar foi plantada no seio do modo de produção feudal e floresceu no modo capitalista de produção. Por conseguinte, sob as leis do capital, a terra adquire valor e é inevitável “... que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja arrastada para o movimento da propriedade privada e se transforme em mercadoria”(MARX, 1988, p.151).

Enquanto a Revolução de 1789 livrou o campesinato dos tributos feudais, e transmutou-os de camponês-servil em camponês-proprietário, as gerações posteriores herdaram a terra como mercadoria, “... e, como mercadoria, pagavam sob a forma de preço da terra o que os seus antepassados semi-servos haviam pago sob a forma de arrendamentos, dízimos, contribuições pessoais, etc”(MARX, s/d, p.176).

A propriedade da terra, para o camponês francês, passou ser a “chave de sua libertação” e, para obtê-la, submete a si e a sua família a extremas privações. Marx esclarece: à medida que ocorre um crescimento populacional aumenta simultaneamente a subdivisão da terra. E, como a oferta é menor que a demanda, inevitavelmente leva o aumento do preço da parcela paga pelo camponês. Consequentemente, torna-se maior a dívida assumida pelo camponês e maior sobrecarga para a família.

O camponês-proprietário, para se desenvolver livre das amarras dos senhores feudais, teve que enfrentar o obstáculo do valor do instrumento de produção, a terra. E, para removê-lo, recorria necessariamente ao endividamento sobre a forma de título da dívida (hipoteca), e até mesmo aos usurários, culminando em “... uma situação em que o camponês da França, sob a forma de juros das hipotecas que gravam a terra, sob a forma de juros dos adiantamentos não hipotecários do usurário, cede ao capitalista não só todo o lucro líquido - , mas até mesmo uma parte do salário, [...] a pretexto de ser proprietário privado” (MARX, s/d, p.177).

Anteriormente, sob o feudalismo, o camponês-servil desenvolvia uma relação de respeito, de subordinação e obrigação ao senhor da terra, que possuía até um “lado agradável”, pois o senhor do feudo não procurava usufruir ou tirar o máximo de vantagens da terra, proporcionando ao camponês-sevil uma relação direta com a terra e com seu trabalho. O trabalho lhe aparecia, assim, como sensível, concreto. Ao se tornar camponês-proprietário, manteve a mesma concepção de trabalho, o trabalho com um objetivo real, concreto à sua reprodução como ser humano, a ele somando-se a responsabilidade de seu instrumento de produção, a terra. Configura-se uma situação em que:

“Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim o meio de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado dêles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento” (MARX, s/d, p.277).

A primeira transformação do camponês-sevil em camponês-proprietário embute-lhe o sentimento do direito de propriedade e este por ela lutará, mesmo que o usufruto seja imaginário. Será a diretriz de vida do campesinato francês, no decorrer do século dezenove, pois acreditava que a terra era a “chave de sua libertação”. Para Marx, neste período, a pequena produção francesa se encontrava escravizada pelo capital (hipotecas, juros) o que “transformou a massa da nação francesa em trogloditas”.

No final do século XIX, o espaço francês era produto de heterogeneidade de interesses, materializado em classes sociais assaz diferenciadas e, por conseguinte, conflituosas: luta do camponês contra a usura nas hipotecas, do pequeno burguês contra o domínio do grande comerciante; dos produtores sem terra contra os grandes proprietários, dos trabalhadores agrícolas contra sobre-exploração da sua força de trabalho e dos proletários contra a burguesia. A “.. *fraternité* das classes antagonicas, uma das quais explora a outra, esta fraternidade proclamada em fevereiro e escrita com grandes caracteres nas paredes das ruas de Paris, [...] durou precisamente o tempo em que o interesse da burguesia esteve irmanado com o do proletariado” (MARX, s/d, p.130).

Essa ebulição social é fruto da expansão e fortalecimento do capitalismo na França, a qual acelera-se com Napoleão III (1860) através dos projetos de desenvolvimento industrial colocados em prática. Do ponto de vista da agricultura, tomou-se a mesma atitude, ou seja, uma tentativa de desenvolvimento do processo produtivo agrícola com base industrial. Constituiu-se no “sonho” dos administradores e intelectuais desenvolver na França a “bela agricultura” à inglesa; entretanto, como salienta Cerf e Lenoir (1987), isso não passava de um “sonho”, pois a formação de grandes explorações demandava investimentos elevados sem um retorno certo, o que direcionava atenção dos grandes proprietários fundiários para outros investimentos mais frutíferos, como a indústria.

Por outro lado, havia o perigo latente dos antigos proprietários feudais em quererem readquirir suas terras e, por decorrência, o poder político. Assim, a pequena propriedade camponesa representava uma arma contra os mesmos. Nas palavras de Marx “O campesinato era o protesto ubíquo contra a aristocracia dos senhores de terra que acabara de ser derrubada. As raízes que a pequena propriedade estabeleceu no solo francês privaram o feudalismo de qualquer meio de subsistência” (s/d, p.280).

Dessa maneira, a política agrícola do Segundo Império é direcionada para os pequenas e médias explorações, pois Napoleão III encontrava no campesinato sua base eleitoral e, por sua vez, o camponês o via como garantia de sua liberdade, contra o risco do retorno ao poder dos grandes proprietários (SPECKLIN, apud SERVOLIN, 1989). Assim, os interesses de ambos convergiam em um ponto – a luta contra os senhores de terra.

Para Servolin, essa política agrícola foi o germe do desenvolvimento da produção agrícola individual moderna, com as seguintes diretrizes:

“... difusão do progresso técnico pela generalização da cooperação agrícola, diminuição dos impostos, luta contra o crédito usurário, início de um sistema de crédito agrícola, e a desobstrução do campo pelo melhoramento dos meios de comunicação” (1989, p.62).

Em decorrência da crise econômica² que afetava a França e que perdurará até o fim do século XIX, a política agrícola toma um novo direcionamento, assumindo uma forma conservadora e protencionista, levando a um imobilismo no setor. Os objetivos da política agrícola eram, principalmente, a segurança alimentar nacional, apoiados em um discurso tradicionalista, isto é, defendendo uma agricultura assentada em técnicas tradicionais. Portanto, o camponês deveria se manter produzindo com baixa tecnologia respaldado pela mão-de-obra abundante e barata, pois, em 1906, 43,1% da população ativa encontrava-se ocupada no setor primário (Tabela 1). Enquanto induziam o camponês a não reverter capital no melhoramento da exploração, estimulava-os a poupar e aplicar seu dinheiro em bancos. Assim, em 1910, existiam 5 milhões de contas de poupança camponesa na França (SERVOLIN, 1989).

**Tabela 1 - Evolução da População Agrícola Francesa
1906-1993**

ANOS	POPULAÇÃO ATIVA AGRÍCOLA %
1906	43,1
1921	42,5
1931	36,3
1936	36,9
1946	36,4
1954	26,7
1962	20,1
1970	13,1
1973	11,8
1977	8,9
1980	8,0
1983	7,1
1985	6,6
1990	5,2*
1993	4,8**

* ROY, 1993, p.264.

** HERVIEU, 1996, p.9.

Fonte: SERVOLIN, 1989, p.298.

² Fruto da Grande Depressão (1873-1895) que levou a instituição da Tarifa Méline (1885) que: "... exigia o pagamento de três francos por cada hectolitro de trigo importado valor que logo passou para cinco e, depois, sete francos. E, em 1897 o expediente foi ainda mais radicalizado através da chamada lei do cadeado" (VEIGA, 1991, p.52).

O caminho proposto e trilhado pela Política Agrícola Méline condicionou o campesinato a uma inércia em seu modo de vida, personificando uma economia de necessidade na concepção sombartiana, cuja a lógica da economia capitalista na França "... parou no caminho; ela fez uma pausa de um século e meio e, ao incorporar lentamente as novidades tecnológicas seus camponeses demoraram-se 'camponeses'"(MENDRAS, 1992, p.15).

Ao permanecer numeroso por longo tempo, o campesinato representava um ponto central na sociedade francesa e, portanto, era alvo do poder político e econômico, particularmente da aristocracia agrária. A mesma, como mecanismo para manter o seu poder, cria a "Société des Agriculteurs de France" (Sociedade dos Agricultores da França -1867), posteriormente, o "Syndicats Centrel des Agriculteurs de France" (Sindicato Central dos Agricultores da França -1885) e, em 1902, "L'Union Centrale des Syndicats Agricoles" (União Central dos Sindicatos Agrícolas), integrado 1.250 sindicatos. Servolin denomina este sindicato de "syndicalisme de hobereaux", o qual consegue sua eficácia através da coesão ideológica da "ordem cristã", que se constituía, sob o ponto de vista da aristocracia, no fundamento necessário para o seu poder. Respalando o discurso de que a sociedade civil pode se organizar ela mesma (ausência do Estado), cada comunidade deveria ser dirigida por um chefe que Deus elegeu; por exemplo: "... a família pelo pai, a nação pelo rei, a comunidade profissional pelo patrão. Assim, em particular a vida econômica deve ser conduzida pela hierarquia das organizações profissionais organizadas em corporações" (1989,p.73).

A ordem religiosa cristã atende, perfeitamente, aos interesses da aristocracia agrária. Enquanto o protestantismo proporcionou a substância ideológica do trabalho abstrato, o cristianismo foi a base ideológica utilizada por esta categoria para perpetuar o poder sobre o campesinato francês. Para Servolin, o vigor religioso do campesinato pode explicar à atitude de resignação e submissão à autoridade. Entretanto, o autor ressalta, tem-se que levar em consideração que não havia uma homogenização do sentimento tradicionalista e arraigado a raízes religiosas no espaço rural francês.

A estrutura religiosa-ideológica repousava na tradição histórica que originou nos camponeses a crença na religião, na família e na terra como partes formadoras dos seus princípios e norteadoras de seu modo de existência, materializado em *uma pequena propriedade, um camponês e sua família*, nivelando suas necessidades à necessidades tradicionais, configurando a situação em que *cada família camponesa é quase auto-suficiente*. Por conseguinte "... vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo" (MARX, s/d., p.277).

Em outras palavras, o campesinato francês, na sua inacreditável simplicidade mergulha nos meandros do saber tradicional, fecha-se sobre o manto do tradicionalismo e se reproduz na concepção de trabalho sensível, trabalho direcionado a uma finalidade. É a atividade vital peculiar ao camponês, seu modo específico de manifestar a vida, visível aos olhos dos grandes proprietários fundiários ao se dirigirem ao camponês como “ Jacques le bonhomme” - Jacques, o simplório. Esta organização baseada no patrimônio familiar e na produção doméstica (trabalho familiar) determinou os padrões de sua própria reprodução e suas relações externas com o mercado. Como coloca Hervieu “... ela fez da França um jardim, trabalhado, cultivado, organizado sobretudo que explorado: produzindo porque se sustenta, sustenta-se porque produz” (1996, p.23).

Ora, não havia interesse por parte dos detentores do poder em alterar a estrutura produtiva camponesa; pelo contrário, criam-se mecanismos para sedimentá-la. Na gestão L' ONIC, órgão de gestão do mercado implantado em 1936, por exemplo, desenvolve-se um sistema de preços diferenciados, isto é: “Os pequenos produtores recebiam pelo seu trigo um preço mais elevado o que lhes permitiam à continuar a viver e a produzir conforme seu modo tradicional , enquanto que os maiores produtores recebiam um preço menor” (SERVOLIN, 1989, p.89). Dessa forma, o campesinato francês demorou-se “paysan”, um atraso de 150 anos em relação aos demais países de capitalismo avançado, pois no período entre as duas guerras mundiais, a população agrícola encontrava-se em torno 39,12% do total da população (Tabela 1).

Após a Primeira Guerra, o Estado assume o papel de fomentador da retransformação do espaço rural, com intuito de uma produção racional do espaço e utiliza como instrumento para este fim a Política Agrícola Moderna (1919-1929). Assim, dar-se-á o início ao processo de desorganização e dissolução de organizações familiares laboriosas, perdendo ao mesmo tempo as suas velhas formas de trabalho submetidas às regras tradicionais.

Essa política agrícola cria as bases nas quais será edificada a agricultura francesa moderna. Entretanto, percebe-se o estado de incubação do camponês durante o período entre guerras. Apenas a partir de 1954 acelera-se o processo de mutação, apresentando sua nova forma em 1993, com 4,8% da população ocupada no setor agrícola (Tabela 1).

Essa nova forma subentende a materialização da racionalidade capitalista em todas as esferas da produção camponesa. Do trabalho humano para o trabalho tecnológico, da terra como meio de existência familiar para terra com “... ‘outil de travail’ (instrumento de trabalho), à ser utilizado o mais racionalmente possível” (HERVIEU, 1996,p.23).

Para Grall, a partir de 1970 não se pode escamotear as transformações do espaço rural, revelando a realidade de que: “... mais e mais o produtor agrícola é um

homem que trabalha sozinho” (1994, p.25). As análises de Servolin caminham no mesmo sentido, ao concluírem que a evolução da estrutura social na agricultura, transparece o fenômeno de que: o explorador individual afirma-se como único sujeito da produção agrícola.

Entretantes, para atingir a forma acabada de *entrepreneur* (empreendedor), o campesinato francês é alvo de atenção direta por parte do Estado, pois a França se reconhece como “une nação agrícola por excelência” e colocará em prática um plano para honrar esta vocação (ROY, 1993). Servolin defende que “Le tournent”, a reviravolta do processo de produção do espaço rural francês, tem como marco a crise que afetou o mercado dos produtos de origem animal, principalmente por reconhecer que 30% a 40% das pequenas e médias explorações tinham como base de sua renda o rebanho bovino, sobretudo leiteira. Nas palavras do autor:

“A crise que eclodiu em 1953 constituiu-se em uma etapa essencial na história da agricultura francesa: ela marca o fim do antigo sistema agrícola e o início do processo, que em pouco mais de 10 anos colocara em prática, em toda sua complexidade, uma política agrícola moderna” (1989, p.95-96).

As bases dessa política, foram lançadas no período entre 1919-1924, com a criação das “Chambres d’Agriculture”(Câmaras da Agricultura), destinadas a desempenharem o papel de representantes oficiais da agricultura em cada departamento e, particularmente, de executas da política do Estado. Assim, atuam sobre o plano local, tanto como órgão de poder como de execução de trabalho técnico, principalmente, no tocante ao desenvolvimento tecnológico.

A reviravolta é fruto de uma ação direta do Estado sobre o mercado. Ele cria um sistema de centralização, regulamentação e gestão dos mercados agrícolas (1953) que, em 1960 é relançado sob a forma de “Fonds d’Orientation et de Régularisation des Marchés Agricoles” (FORMA- Fundo de Orientação e Regulação dos Mercados Agrícolas), com a função de financiamento e operação de intervenção por parte do Estado sobre a produção agrícola, tendo como princípio “o melhor preço possível”, assim definido: “... um preço mais baixo possível para o orçamento do consumidor, e ao produtor uma justa remuneração de seu trabalho” (Ibid., p.97).

Nesses termos, as técnicas de intervenção serão diferenciadas, determinadas conforme as peculiaridades e interesse de cada setor da produção agrícola. De modo geral, a intervenção ocorre quando o preço desce à um patamar insuportável para os produtores, com a retenção pelo poder público de uma parte da produção ofertada. Todavia, setores formado pela produção de cereais e de leite (produtos de exportação), recebem atenção especial e tratamento diferenciado, baseado no preço de intervenção, é determinado todos os anos através de negociações entre o órgão do Estado e as organizações dos produtores. A ação estatal é norteadas em

dois sentidos: primeiro, quando o preço de mercado desce abaixo do nível predeterminado (Preço de Intervenção), o Estado compra ao preço de intervenção; o segundo, colocado em prática através de subvenções diretas a exportação; isto é, o produtor recebe a diferença entre o preço vendido para o exterior e o preço de intervenção. Esse sistema está calcado, principalmente, nos seguintes pressupostos: a saturação do mercado e constituição de excedentes é um fenômeno conjuntural e apoiado no protecionismo do mercado interno, pois: “O protecionismo permite reservar o mercado nacional aos produtores do país e, de beneficia-los com o preço considerado ‘justo’”(SERVOLIN, 1989,p.100).

Nessa estratégia de intervenção, o Estado contará com dois aliados fundamentais: as agro-indústrias, por possuírem um controle direto sob os produtores formadores do seu complexo e desempenharem um papel essencial na retransformação do espaço rural francês, bem como os diversos institutos de pesquisa e ensino a partir do INRA (Instituto Nacional de Pesquisa de Agronomia, 1947) destinados a produzir e transmitir o conhecimento científico e tecnológico aos produtores.

Tal tarefa apresentou grandes dificuldades, devido aos obstáculos levantados pela mentalidade tradicionalista do campesinato à sua adesão aos preceitos de modernização, exatamente por saberem que seria uma trajetória sem retorno à sua “economia de necessidade” e que a ascensão do saber técnico degeneraria o “*savoir-faire paysan*” (saber-fazer camponês).

Assim, para que a passagem do camponês à categoria de “profissional da agricultura” se realize plenamente, combina-se o poder de diversas instituições de desenvolvimento como: caixa regional de crédito da agrícola, direção departamental da agricultura, cooperativas, indústrias de transformação, sindicatos de produtores por setor da produção e Chambre d’Agriculture com seus diversos serviços, configurando-se o que Servolin denominou de “fabricação” do agricultor moderno.

O pacto em prol da modernização é selado a partir do programa “Développement” (Desenvolvimento – Lei de 1966), com uma proposta que ultrapassa a simples difusão de tecnologia, e incorpora o papel de fomentador da reestruturação produtiva e social da agricultura. Os objetivos são fixados e os idealizadores. “... afirmam, com nitidez, que o Estado quer encorajar o desenvolvimento de exploração com responsabilidade individual – exploração familiar moderna” (SERVOLIN, 1989, p.125).

Em um primeiro momento, é capturado um elemento interno ao campesinato, o seu fundamento social, a família. O trabalho familiar é incentivado no sentido da maximização do seu potencial, isto é, na busca de uma utilização racional e eficaz, do ponto de vista capitalista, dos recursos disponíveis na unidade de exploração camponesa. E para que isso se realize, contam como aliado a técnica/modernização do processo produtivo para o aumento da produtividade do trabalho e da terra.

Assim, o campesinato vai introjetando o “espírito do capitalismo” e moldando o seu trabalho nos princípios da racionalidade econômica. Por conseguinte, o seu estilo de vida passa a ser coordenada pela racionalidade com base no cálculo rigoroso, dirigida para o sucesso econômico.

Não bastava transmutar o camponês em empreendedor moderno; era necessário tornar a terra um “*outil de travail*” economicamente viável. Para tanto, é promovida a lei de “*Régulation du Marché Foncier*”(Regulação do Mercado Territorial), colocada em prática em cada Departamento pela “*Société d’Aménagement Foncier et d’Etablissement Rural*” (Sociedade de Planejamento Territorial e de Estabelecimento Rural – SAFER)³. Terá como função uma reestruturação fundiária, não de forma direta de desapropriação ou estatização da terra, mas através do mecanismo de seleção dos futuros proprietários, pois adquire toda a terra colocada a venda e, posteriormente, repassam-na através da venda, com o seguinte princípio: “... orientar as terras que se tornam disponíveis para aqueles que possuem capital (dinheiro), ou para aqueles que apresentarem melhores aptidões à modernização. E, aos que se encontram em melhor posição perante os diversos aparelhos profissionais” (SERVOLIN, 1989,p.117).

A estrutura fundiária francesa, no fim do século XIX, era caracterizada por um grande número de micro-parcelas (< 5 ha), descontínuas muitas vezes se limitavam umas com as outras e se entrecruzavam por todos os lados, configurando um caos fundiário e social, no sentido que mesmo nivelando as necessidade de existência do camponês, ao um patamar tradicional, o campesinato se encontrava em um situação miserável. Essa situação lentamente vai-se alterando, acompanhada pelo êxodo rural e pela modernização (Tabela 2).

O processo acelera-se a partir de 1955, com o permanente movimento de dissolução das micro-propriedades e o crescimento da categoria com área entre 5 a 100 hectares. Por outro lado, percebe-se uma particularidade no período entre 1963-1967: as propriedade com área entre 20 a 50 hectares esboçam um ligeiro aumento e, após, entram no movimento de desintegração, juntamente com as categorias menores, fruto da ação da SAFER, respaldada na máxima que “O aumento das explorações necessário para à competitividade é uma prioridade” (PERRIN, 1989, p.33). Dessa forma, a área média das propriedades passa de 6 hectares, em 1900, para 13 hectares, em 1955, para 23 hectares em 1985 e para 35 hectares, em 1993 (BRÉMOND, 1990; HERVIEU, 1996)⁴.

³ Salienta-se outro mecanismo colocado em prática para tornar as propriedades economicamente viáveis o : Le Remembrement, constitui-se em modificar os limites das parcelas, com a troca de parcelas entre os proprietários e, após sua aglutinação. Por exemplo, na região de L’Ille de Groix em 1952 havia 42.000 parcelas, e em 1981 2.200, contudo, manteve o mesmo número de proprietários, 1.071 (BELBÉOCH, 1987,p.93).

⁴ Ao confrontar-se a área média das explorações com a população ativa nos países europeus, observa-se que onde a pressão demográfica sobre a terra é maior, menor é a área das explorações. Por exemplo: Grécia, área média 4,0 ha porcentagem da população ativa na agricultura 24,2 %; Portugal 6,7 ha – 16,3%; Itália 5,6 ha –7,1%.

**Tabela 2 – Estrutura Fundiária Francesa
1892-1993**

ANOS	< 5 ha	5 – 20 ha	20- 50 ha	50-100 ha	>100 ha	Total(mil)
1892	4064	1217	335	52	33	5701
1929	2160	1310	380	81	32	3963
1955	800	1013	377	75	20	2285
1963	549	894	394	85	23	1900
1967	447	724	399	92	26	1688
1975	377	456	359	106	32	1330
1981	327	379	339	117	35	1197
1985	263	315	317	123	38	1056
1987*	236	282	299	124	40	981
1993**	-	-	-	132	61	801

* MOREAUX, 1991, p.109

** HERVIEU, 1993, p.24. Não trabalha com os mesmos estratos, isto é, utiliza os seguintes: < 10 ha (299.000 explorações); 10 |– 25 ha (147.000 explorações) 25 |– 50 ha (162.000 explorações).

Fonte: SERVOLIN, 1989, p.301.

A estrutura fundiária francesa evolui de acordo com plano “*développement*”, que considerava a área entre 50 a 100 hectares como a dimensão ideal para desenvolver-se uma exploração baseada no trabalho familiar. Todavia, a partir de 1975 esta categoria mantém um aumento regular, não expressivo. Enquanto isso as propriedades com mais de 100 hectares apresentam um salto de 38.000 para 61.000 unidades, no período de 1985/93, expressão da reestruturação do processo produtivo com a plenitude da espacialização do capital, e porquanto, da nova forma de trabalho que se impõe ao campesinato, o trabalho abstrato - “profissional agrícola”.

Essa geração de “profissionais agrícolas” é resultante do processo de seleção dos incluídos e dos excluídos dessa categoria, adotado conscientemente pelo Estado, pois, ao mesmo tempo que coloca em prática mecanismos indiretos (pesquisa e difusão de tecnologia), dispõe de mecanismos diretos de seleção, como: sistema de aposentadoria, encorajamento para abandonar a atividade, os quais proporcionam a “...eliminação acelerada dos agricultores julgados ‘inúteis’” (SERVOLIN, 1989, p.53). Como prefere Lacombe, é a modernização por eliminação (1998).

Os mecanismos diretos têm nos planos de “*développement*” o seu executor, que, a partir de 1974, vinculam os financiamentos à introdução de inovações tecnocientíficas (casamento da modernização com conhecimento científico/genética/biotecnologia), é à capacidade do produtor em gerir sua produção dentro dos

padrões da racionalidade econômica capitalista, assentada na maximização da produtividade do trabalho e na capacidade de competição. Promove-se a eficiência econômica e do trabalho humano, como coloca Cerf e Lenoir:

“Os créditos de melhoramento são reservados aos produtores que demonstram frente ao plano de desenvolvimento sua capacidade de atender os objetivos fixados, particularmente em matéria de renda. Em contrapartida é exigido dos beneficiários terem uma contabilidade de gestão durante um período de seis anos. É proposto uma formação complementar, caso não disporem de capacidade profissional suficiente” (1987, p.60).

Portanto, é preconcebido um perfil para os futuros agricultores, com os seguintes requisitos: formação equivalente (profissional) e tamanho da propriedade compatível (MOULIN, 1988).

A incorporação da eficiência econômica como meta da produção camponesa e o trabalho como trabalho profissional atingem seu ápice no momento em que fazer parte dos “grupos de desenvolvimento” transformou-se em “... um modo de socialização, **uma forma de sociabilidade** que tende à substituir as formas tradicionais, as quais desaparecem sob os efeitos do progresso técnico e da **desestruturação do meio rural tradicional** com a **profissionalização do trabalho agrícola**”. (CERF e LENOIR, 1987,p.97, grifo nosso).

Os primeiros a fazerem parte dos “grupos de desenvolvimento”, aparecem sob a forma de fomentadores/difusores dessa concepção e constituíam o campesinato médio. Isso quer dizer, a categoria em melhores condições econômicas e de competência para adaptar-se ao movimento de mutação do setor agrícola. Servolin ressalta o poder exercido por eles sobre a massa de agricultores, ao ponto que estes aceitem calmamente uma “... ‘seleção pelo mérito’ daqueles que serão ‘dignos’ de permanecer agricultor”. E as organizações agrícolas com o seguinte discurso: “O sucesso de cada agricultor depende dele mesmo, de sua inteligência, de seu trabalho, de sua capacidade técnica. Tudo como seu fracasso...” (1989 p.54).

A maximização da utilização de tecnologia na produção agrícola requer uma área compatível para justificar a inversão de capital em técnica, isto é, o tamanho da exploração que apresente potencialidades de valorização do capital aplicado em capital constante (tecnologia). O preenchimento desta condição é percorrida de diferentes maneiras, ou seja, os agricultores lançam mão de estratégias variadas, uma delas segundo Mendras, é: “Aproveitando-se da partida de seus vizinhos para ampliar sua propriedade e, equipando-se e se organizando, eles podem jogar o jogo econômico da nossa sociedade” (1992, p.26). Observa-se que os mesmos estão obtendo sucesso ao verificar o aumento da área média das propriedades, anteriormente citada.

Outra estratégia aparece sob a forma de grupos de exploração formados por pequenos produtores que colocam suas terras em uso comum, transformando-as em grande exploração, sob a responsabilidade de um dos agricultores, com a utilização de trabalhadores especializados, formando a nova paisagem (modelo) da agricultura francesa - os “*Atelier Spécialisé*”. Por exemplo, promove-se a união de 10 pequenos produtores, cada qual com 15 hectares, para desenvolver uma pecuária leiteira tecnificada, com a capacidade de utilizar de 200 a 250 vacas, e os 20 trabalhadores polyvalentes das antigas explorações são substituídos por apenas 6 trabalhadores especializados (Ibid.,p.335).

Cabe frisar outras alternativas, que são colocadas em prática. Para suprir as deficiências em tecnologia, os produtores buscam nas cooperativas a solução; assim, ocorre a formação de uma gama de cooperativas, entre as quais se salienta: CUMA – Cooperativa de Compra e Utilização de Material Agrícola; CETA – Centro de Estudos de Técnicas Agrícolas e os Centros de Gestão (administração/contabilidade).

Para Mendras, os “*Atelier Spécialisé*” são o novo modelo da agricultura francesa, cada qual especializado em um produto e, portanto, interligados pela relação de mercado, um suprimindo as necessidades de consumo produtivo do outro. Esta interdependência retira o produtor de seu isolamento. Não se pode mais falar que a produção camponesa francesa é “... formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas” (MARX, s/d., p.277).

Com base nesta realidade, Mendras tem como prognóstico que, para o produtor agrícola do futuro, “Não será necessário nascer (agricultor) para conhecer sua terra e bem trata-la, no futuro será necessário passar pela escola e dispor de capital para abraçar a profissão de agricultor [...] Assim, mais e mais adolescentes escolherão sua profissão de agricultor como outra qualquer. Ele aprenderá nas escolas e não mais com seu pai” (1992, p.335 e p.359). Materializando-se o esfacelamento do trabalho coletivo familiar como base da produção agrícola, ele tornou-se dispensável. Segundo Mendras isso é a verdade que os cientistas e funcionários governamentais se recusam a dizer: “Comme s’il était inconvenant de dire à la famille qu’elle est au chevet d’un cadavre: “**Chut! Il dort**” (Ibid., p.365)⁵.

Anteriormente, esse autor fazia uma análise da exploração agrícola indissociável da família, bem como de uma política agrícola direcionada à explora-

⁵ Optou-se pela não tradução literal, pois a mesma restringe a profundidade da metáfora utilizada pelo autor. O sentido metafórico exprime o fenômeno do anacronismo do trabalho familiar que penetra e faz parte do orgânico da família, contudo, todos se calam e a família não desperta para o seu “enterro”. “Mas não acreditamos mais que a verdade permaneça verdadeira, quando se lhe arranca o véu; já vivemos bastante para crer nisto” (NIETZSCHE,1983)

ção familiar, com cada membro desempenhando uma função útil no interior da unidade produtiva. Atualmente, ressalta a necessidade de distingui-la da exploração pois, no novo modelo agrícola, o homem assume sozinho a exploração e, como a mulher não tem uma função fundamental no processo produtivo, direciona-se às atividades externas, principalmente em serviços de tempo parcial (professoras, serviço médico). Configura-se uma situação “Radicalmente nova na agricultura, esta situação é análoga aos casais urbanos, na qual um dos cônjuges tem emprego independente do outro” (Ibid., 1992, p.381).

Esse fenômeno, para o autor, não se circunscreve à reestruturação do papel da força de trabalho familiar na agricultura; é a própria destruição da noção de exploração agrícola familiar, pois: “A mulher é a família e, ao exercer uma profissão externa⁶ proporciona uma dissociação de exploração familiar, assim não se fala mais de exploração familiar, mas de trabalhador agrícola” (Ibid., p.383). Desencadeando um outro fenômeno, a masculinização do setor; isto é, existem 143 homens entre 20 a 29 anos para 100 mulheres; conseqüentemente, cristaliza-se o celibato, que abrange 16% dos produtores do sexo masculino. O que reforça o sentimento de isolamento do meio (MOREAUX, 1991).

O mecanismo do poder público dá incentivo ao abandono da atividade, através de aposentadorias, com a passagem da responsabilidade da exploração para os filhos, por entender que os jovens absorvem com maior facilidade o espírito empreendedor na busca da competitividade da produção agrícola francesa frente ao mercado. Nas palavras de Grall: “Desde 1963, 720.000 agricultores foram beneficiados com indenização de partida (IVD), com objetivo de liberar as terras para instalação de jovens agricultores ou para o aumento de outras explorações. Assim, 13,4 milhões de hectares trocaram de mãos” (1994, p.105).

Tal fato condiciona a inversão das micro-relações de poder no interior da família, com o filho sob a forma de chefe-patrão da exploração e o pai como aposentado. Mendras ressalta:

“Ao aposentar-se o proprietário perde o poder sobre a propriedade é transformado de pai patriarcal em velho ocioso, conseqüentemente, muda-se a estrutura da família, sobretudo se por um movimento simultâneo, os jovens deixam a casa paterna para construir sua própria” (1992, p.384).

A estabilidade das micro-relações da família sofre outro ataque com a Lei que busca reparar a situação de desfavorecimento que se encontra o filho que

⁶ Quase 90.000 agricultores franceses são casados com mulheres que possuem uma profissão não agrícola. Servolin (1989) acrescenta que, para um jovem que irá se instalar como produtor rural, isto se constitui em uma excelente recomendação junto ao crédito agrícola.

permanece na propriedade em relação os demais que obtiveram uma profissão externa, através da criação da noção de “salário diferencial” que subentende uma “carta de crédito sobre a sucessão”. Isto para Mendras é “... a introdução do princípio de relações de mercado no seio da familiar e reconhece a existência de um filho como um trabalhador com direitos” (1992, p.383).

Esses mecanismos vinculam-se estritamente com a forma de Estado-Providência assumida pelos governos dos países de capitalismo avançado, no período fordista. Nela o Estado toma para si várias obrigações, tanto sociais (seguridade, assistência médica, habitação, educação) como na área de infra-estrutura pública. Na França, este Estado do bem-estar social alcançou sua plenitude no espaço rural a um custo “trop cher” (alto preço) ao constatar que “... um trabalhador agrícola custa a coletividade o triplo de um trabalhador industrial” (LIMOUZIN, 1992, p.74).

Assunção do Estado à forma de Estado-Providência se revela ao agricultor como uma “verdadeira garantia de renda”, pois o Estado considera o agricultor em sua qualidade de trabalhador, e, portanto, serão beneficiados pela mesma proteção social dos trabalhadores salarizados (SERVOLIN, 1989), acrescido das demais subvenções para o setor produtivo. A validação social do trabalho do agricultor será regularizada pelo Estado, ele, e não o mercado, determinará o “preço justo” do trabalho, isto é, o nível da remuneração do trabalho do produtor, materializada no fato em que “... uma fração importante (quase 50%) da renda fiscal dos produtores agrícolas devem ser considerada como resultado de transferências estatais” (Ibid.,p.15).

A transmutação da família é o segredo revelado da sedimentação do trabalho abstrato na produção agrícola francesa, planejado e colocada em prática pelo seu fomentador, o Estado. Servolin traduz esta realidade:

“É verdade que o espetáculo da agonia do envelhecimento da sociedade camponesa não tem nada de regozijo. Entretanto, tudo estava conhecido, previsto e esperado. O êxodo rural foi planejado e encorajado de diversas maneira, **desejado pelos próprios camponeses**” (Ibid., p.83, grifo nosso).

O poder público, em seu papel de fomentador, incorpora o discurso fãustico, por mais dolorido que seja para os sentimentos tradicionalistas (telurismo que reveste a vida camponesa) o espetáculo de um velho modo de vida que se esboroa. Do ponto de vista do futuro econômico da nação, o êxito foi obtido, ao transformar o trabalho sensível, concreto, do campesinato em trabalho abstrato – trabalho como profissão (65% dos agricultores com menos a 35 anos são diplomados no ensino profissional).

No momento em que o Estado assume a validação social do trabalho agrícola, o trabalho adquire um valor, ou seja, não é o trabalho que é vendido pelo profis-

sional agrícola e, sim, sua força-de-trabalho – uma mercadoria. A força de trabalho colocada em ação é o próprio trabalho, é a atividade vital do agricultor; contudo, agora, apresenta-se sob a forma de trabalho autônomo ao agricultor, trabalho que trás em si sua própria finalidade. Assim, o caráter sensível, concreto do trabalho coletivo familiar evapora-se na lógica mecânica do desenvolvimento econômico.

O amplo intervencionismo estatal na regulamentação e estruturação do processo produtivo agrícola é visível, por exemplo, no sistema de quotas de produção para a produção leiteira, constituindo-se na determinação a prior do volume total da produção. Isso subentende a pré-fixação do resultado de cada criador, isto é, o que terá que atingir em um ciclo produtivo, e prescreve quais serão as modalidades de validação e de remuneração de seu trabalho (SERVOLIN, 1989).

Por outro lado, nos “Atelier spécialisé” na produção de produtos que não tem um interesse direto do governo, como aves, Mendras defende:

“Apesar da aparência o agricultor perde toda autonomia e torna-se um verdadeiro assalariado. Ele fornece o seu trabalho, e o preço pago pelas aves não passa de uma forma disfarçada de salário, e suas horas de trabalho são implicitamente fixada pelo contrato” (1992, p.342).

O trabalho, a quantidade de trabalho a ser dispendida pelo profissional agrícola, por conseguinte, seu preço – o salário, será determinado seja pela ação direta do Estado, seja pela indústria de transformação.

A cristalização do trabalho abstrato na agricultura francesa vem acompanhada de uma visão de mundo próprio do modo de pensar capitalista. Transparece na concepção da terra como “*un territoire abstrait*” (território abstrato), no sentido em que um produtor agrícola possui várias explorações em diferentes áreas, bem como as explorações formadas por terras em comum. Recentemente, uma nova figura surge para sedimentar a desnaturalização da relação trabalho versus terra, a qual aparece sob a forma de Empresa de Trabalhos Agrícolas⁷, que se propõe a gerir as explorações para os proprietários. Nas palavras de Hervieu, “... sem tomar consciência, o mundo agrícola e sua economia estão participando de um movimento de ruptura entre o econômico e o território” (1996, p.37).

Por outro lado, o desenvolvimento geograficamente desigual faz parte da produção do espaço rural francês, revelando a outra face do processo de ascensão do trabalho abstrato na produção agrícola, formada pelas pequenas propriedades que não se dissolveram, até este momento. Apresentam uma tendência de desapa-

⁷ Uma sociedade de origem britânica instalou-se na França em 1993 e gere 1300 ha de nove agricultores. E oferece dois tipos de contrato: 1º - o agricultor permanece com base do processo produtivo apenas controlado por um administrador da empresa, 2º - assume todas as fases do processo produtivo (HERVIEU, 1996).

recimento fundamentada no movimento descendente do número das menores propriedades (Tabela 2).

Essas pequenas propriedades encontram-se disseminadas pelo espaço francês, formadas por atores sociais heterogêneos, mas com um traço em comum; a não necessidade da terra como instrumento de trabalho. Esses agricultores possuem um trabalho externo à propriedade e os que não o possuem usufruem de uma renda externa como os aposentados, ou de subvenções estatais destinadas às propriedades localizadas em regiões montanhosas.

A instituição de “ajudas particulares” às propriedades em áreas montanhosas reflete a “nova função” dos produtores, que é a de proteção à natureza direcionada ao turismo ecológico (LACOMBE, 1998; MATHIEU, 1997; GRALL, 1994). Nesta nova ordem, o agricultor será remunerado por manter-se produzindo com técnicas tradicionais, materialização do saber camponês, que trás a tona o lirismo de “*la vie paysans*”, e parece sob a formas de mercadoria para o turista. Nesse caso, o camponês permanece camponês, produz em sua relação direta com a natureza, sua atividade como um trabalho concreto, direto, diferenciando-se de seus antepassados por este trabalho tradicional não ter como finalidade direta da sua sobrevivência, sendo desprovido de sua essência vital/natural, pois é realizado para vender ao turista. E a validação social do trabalho será proporcionada pelo Estado; o simulacro camponês tornou-se mercadoria moderna na indústria do turismo.

Por outro lado, em busca de qualidade de vida junto a natureza, as pequenas propriedades ganham o significado de segunda residência para um categoria de profissionais liberais, por aposentados provenientes de outros setores da produção e por agricultores inativos que cultivam a nostalgia do passado.

Constata-se um fenômeno, nesta última categoria, antagônico ao seu modo peculiar de vida que é a ausência de sucessor, colocado a mostra pela seguinte estatística na França, entre 1988 a 1998 – 56.700 agricultores serão beneficiados com aposentadorias, entre eles 75% não têm sucessor, ou não tem idéia sobre a sucessão de suas terras (ROY, 1993, p.164).

Cabe, salientar a presença da categoria “*l’ouvrier-paysan*” (operário-camponês), que mantém uma pequena exploração agrícola conjugada com uma atividade externa agrícola ou não agrícola, configurando a “*pluriactivité*” (pluriatividade) (MENDRAS, 1992.; KAYSER, 1989). Constitui-se na agricultura realizada em tempo parcial e, portanto, contribui de forma parcial para a renda do produtor, a qual é obtida em diferentes campos de atuação. Para Mendras, não passam de atividades marginais para economia do setor agrícola. Contudo, do ponto de vista social proporcionam uma melhor condição (qualidade) de vida, pois “... ficar no campo, construir sua própria casa, significa não **engrossarem o número de desempregados** e de não necessitarem pedir alojamento (locação social) na cidade” (1992,

p.390, grifo nosso). Mathieu é mais incisivo em sua análise sobre a exclusão social, ao defender que no meio rural, a resistência ao êxodo é marcante nos agricultores que possuem uma pequena unidade de exploração, pois a mesma poderá lhes proporcionar uma cobertura social, por parte do Estado (1997, p. 25).

Do ponto de vista da dinâmica econômica do setor produtivo agrícola, estas categorias são residuais. Pois das 801000 explorações agrícolas em 1993: 180000 realizavam 2/3 da produção francesa. (HERVIEU, 1996,p.23) exprimem uma antiga agricultura excluída da categoria de “*entrepreneurs de L’Europe*” (Empreendedores da Europa) que, segundo Aitabdelmalek, fazem parte de uma rede de profissionais da agricultura. Fala-se em “*entrepreneurs de L’Europe*” por serem filhos da Política Agrícola Comum (PAC)⁸ que traçou as diretrizes da política agrícola adotada pelos países membros e “... ativou a desestabilização do mundo rural tradicional e a recomposição de seu espaço” (NOËL, 1997, p.121).

Por conseguinte, a reestruturação do espaço rural francês, com a sedimentação do trabalho como profissão e a emergência de uma nova função do “espaço rural”, faz parte dos pressupostos exigidos no processo de integração europeia. A PAC deu as coordenadas da recomposição do espaço rural em direção à “rurbanisation”, nas palavras de Aitabdelmalek:

“As sociedades rurais tradicionais se desagregam e perdem sua identidade. A referência não é mais o espaço mas o quadro de produção e consumo, à base industrial e citadina, inserido na rede de atividades terciárias, que conduz o um menor interesse do poder público para como o mundo rural” (1997, p.133).

Percebe-se que a Política Agrícola Comum (PAC) se reveste da concepção do modelo fáustico de desenvolvimento econômico, subvertendo o espaço rural em termos de seleção sobre a base de critérios econômicos; como resultado, há produção de um espaço comandado pelo poder industrial. Mendras ratifica este processo ao colocar: “O campesinato francês foi morto com 150 anos de atraso pela civilização chamada industrial” (1992, p.45).

O domínio da concepção industrial sobre a reorganização espacial da produção agrícola é observada com o fenômeno que Hervieu denomina de “une agriculture délocalisée” (uma agricultura deslocalizada), isto é, as atividades agrícolas são

⁸ A Política Agrícola Comum – PAC toma forma com o processo de formação da Comunidade Econômica Europeia – CEE, que coloca em prática a PAC em 1964, e contava com seis membros: França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha e Itália. Atualmente, ao entrar na sua forma acabada com a implantação da moeda comum (l’euro, em 1 de janeiro de 1999), contam com mais cinco membros: Espanha, Finlândia, Irlanda e Portugal e Austria. A Dinamarca, Grécia, Suécia e Inglaterra não participaram da primeira vaga da União Econômica Monetária (UEM).

deslocadas em função da instalação da indústria de transformação, que por sua vez busca uma posição geográfica estratégica (eixos rodoviários, ferroviários, centros consumidores), acarretando um duplo aspecto – concentração e especialização da produção.

A industrialização das atividades agrícolas é uma realidade, materializada no projeto de uma empresa alemã (Polhman), de construção de uma “usina” (poulailler géant) de produção avícola, com a capacidade de 5,5 milhões de aves (frangos), na França. Ela escolhe sua localização em função da rede rodoviária e o Departamento em relação à posição geográfica próxima ao sul da Alemanha. (HERVIEU, 1996, p.33-34). Transparecem os fenômenos da “agriculture délocalisée” e do enquadramento do trabalho familiar na categoria de dispensáveis, pois se, anteriormente, a indústria recorria à família agrícola para produzir no momento, a “dispense carrément” (a dispensa sem rodeios).

Esse duplo aspecto desencadeia um processo de desenvolvimento geograficamente desigual das regiões francesas. De um lado, as “regiões ensolaradas” (Benko, 1996); do outro lado, o processo de “désertification” das regiões menos competitivas, como por exemplo as áreas montanhosas que segundo Rémond (1996), são uma parte do espaço rural francês que está em vias de desertificação.

Os pressupostos da PAC foram atingidos, ao ponto de subverter a própria concepção de espaço rural como território da produção primária de alimentos, para enquadrá-lo nos moldes da lógica moderna de produção e consumo ditada pelos padrões urbanos.

Considerações Finais

Os mecanismos colocados em prática pelo setor público (política agrícola) cumpriram o seu objetivo e removeram os obstáculos levantados pela visão tradicional do camponês e remeteu-os à sociedade moderna do trabalho – transformando-os em profissionais agrícolas. O resultado da combinação do trabalho abstrato com território abstrato é uma “agriculture délocalisée”, isto é, a própria industrialização da atividade agrícola, no sentido que os fatores de produção intrínsecos desta, a terra e o trabalho, atualmente não são empecilhos para o deslocamento geográfico na busca da eficiência e competitividade. É colocada em evidência a “agriculture hors-sol” (agricultura fora do solo) e Hervieu acrescenta: “Expressão mesmo da agricultura *hors-sol* (fora do solo) ou agricultura *sans-sol* (sem solo) atesta a ruptura entre agricultura e o terreno” (1996, p. 34).

Esse fenômeno advém dos avanços tecnológicos que permitem circunscrever a agricultura no espaço que apresente as melhores estratégias. No caso dos Estados Unidos, no horizonte de 2010, estima-se que 4% do território será utilizado para cobertura alimentar do país; na França poder-se-á concentrar quase a totalidade da produção agrícola em 10 departamentos (Ibid., p.35).

A perspectiva futura do setor já está traçada: ela não necessitará nem de terra, nem de trabalho direto, particularmente, o trabalho familiar, mas apenas de profissionais especializados da agricultura. Por conseguinte, a nova linha de desenvolvimento defendida pela PAC (1992) é a “o desenvolvimento durável” abrangendo três dimensões: a econômica, a de pesquisa e a ecológica (conservação do meio ambiente natural e social/patrimônio cultural). A dimensão de preservação do meio ambiente natural e social reflete a fomentação da incorporação da “nova função” do agricultor de: “... explorar racionalmente as terras aráveis, valorizar o espaço rural”, subentendendo um retorno a forma de produção camponesa com a seguinte orientação “O produtor deve diversificar suas atividades e se redefinir ‘camponês’ social de proteção meio rural e de revive-lo” (NOËL, 1997, p.138).

A geração atual de profissionais agrícolas é a forma acabada da transmutação do campeonato francês, gerado nos “Trinta anos gloriosos” de desenvolvimento econômico fáustico, que passou de camponês-servil para camponês-proprietário para camponês-familiar para diretamente profissional agrícola. Para Hervieu, “Os ‘Trinta Gloriosos’ permitiu, no plano técnico, jurídico, econômico, não somente inventar a agricultura *hors-sol*, mais largamente a produção *hors-sol*” (1996, p.33).

Contudo, a realidade da tecnologia que se impõe subtrai grande parte do trabalho humano do processo produtivo. Assim, respaldado nesta situação do trabalho com um fator insignificante, exige-se uma retransmutação do profissional agrícola para “camponês”, sob a forma de camponês mercadoria.

Portanto, ao se deparar com o paradoxo da sociedade do trabalho – o fim do trabalho, o fomentador (Estado) redefine a função do espaço rural e prescreve a estratificação social, formada por um lado dos profissionais agrícolas e no outro extremo uma categoria de produtores que aceitem um retorno a agricultura biológica/tradicional e à satisfação em viver com a natureza (protetor do meio ambiente), diferenciando-se do passado, pois até então havia o interesse em captura-los para inseri-los na lógica do dinheiro, no momento o interesse é inverso o objetivo foi atingido.

Os idealizadores e planejadores da reestruturação do processo produtivo agrícola francês, via Estado, declaram que atingiram a maximização de seus objetivos com o pleno desenvolvimento econômico e, conseqüentemente a plena espacialização do capital. Segundo ROY, “Um dos grandes acontecimento do século para França concerne na ascensão da agricultura francesa, sobretudo dos agri-

cultores a um nível de competência e eficácia que os classifica atualmente entre os melhores do mundo” (1993, p.269).

É possível ler nas entrelinhas as palavras de Goethe:

“Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres? –
Tamerlão em seu reinado – não esmagou milhões de seres ?

Versos - A Suleika

Pode-se dizer que essa reestruturação do espaço rural francês personifica a transição histórica do moderno para o pós-moderno, pois “... o moderno triunfa sobre e aniquila completamente o velho: a natureza é eliminada juntamente com o velho campo da agricultura tradicional; até os monumentos históricos sobreviventes, agora limpos, tornam-se simulacros brilhantes do passado, e não sua sobrevivência” (JAMESON, 1996, p.315).

O campesinato reaparece sob a forma de “simulacros brilhantes do passado” – como mercadoria moderna - cujo o velho esvai-se no moderno, o qual é a substância para a passagem para o pós-moderno, desnaturalização da produção agrícola.

Bibliografia

AITABDELMALEK, A. L'Europe et l'exploitation familiale agricole. *Économie rurale*. Paris, n. 238, p.27-33, 1997.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmanha no ar*. A aventura da modernidade. 6. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BENKO, J. *Economia Espaço e Globalização na Aurora do século XXI*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BELBÉOCH, O. *Géographie*. Paris: BELIN, 1987.

BONTRON, J.C. La contribution de l'agriculture à l'emploi dans les zones rurales. *Économie Rurale*, Paris, n. 225, p. 15-21, 1995.

BOURGEOIS, L. Les disparites de revenus agricoles. *Économie Rurale*, Paris, n. 238, p. 27-33, 1997.

BRÉMOND, J et al. *L'Économie française face aux défis mondiaux*. Paris: HATIER, 1990.

CERF, M.; LENOIR, D. *Le développement Agricole en France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987. (Que sais-je)

- GARNIER, S.; RIVIÈRE, P. *Agricultores en crises*. Paris: HATIER, 1992.
- GOETHE, J.W. *Fausto*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1980.
- GRALL, J. *L'Agriculture*. Paris: Le Monde Editions, 1994.
- HERVIEU, B. *Les Agriculteurs*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. (Que sais-je?)
- HOGGART, H.B.K. Vers Une Campagne Europeenne: Os Britanniques em France rurale. *Espace Geographique*, Paris, vol. 23, p 263-273, 1994.
- INSSE. *Tableau de L'Économie Française*. Paris: INSEE, 1996.
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale*. Paris: Armand Colin, 1989.
- KLATZMANN, J. *L'Agriculture française*. Paris: Seuil, 1978.
- LACOMBE, P. Une agriculture en quête de modèle: des scénarios. *Paysans*, Paris, n. 248, p.27-34, mars-avril 1998.
- LIMOZIN, P. *Agricultures et industries agro-alimentaires françaises*. Paris, 1992.
- MARX, K. As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850. In: _____; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [s.d]. v.1, p. 111-286.
- _____. *O capital: Crítica da economia política*. 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*. Lisboa: Edições 70, 1964.
- MATHIEU, N. Les enjeux de l'approche géographique de l'exclusion sociale. *Économie Rurale*, Paris, n. 242, p. 21-27, 1997.
- MENDRAS, H. *La fin des paysans. Suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après*. Paris: BABEL, 1992.
- MERLIN, P. *Géographie humaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- MOREAUX, D; LAUBY, J.P. *La France contemporaine*. Paris: Bordas, 1991.
- MOULIN, A. *Les paysans dans la société française*. Paris: Seuil, 1988.
- NEFUSSI, J. *Les industries Agro-alimentaires*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pesadores).

- NOËL, G. La Politique Agricole Commune (PAC). Ruptures et continuité dans l'histoire de l'Europe rurale. *L'Histoire & Société Rurales*, Paris, n° 8, p. 121-145, 1997.
- PERRIN, L. *L'Agriculture face son avenir*. Paris: La Documentation Française, 1989.
- RAMBAUD, P. et al. *Le Kiboutz*. Paris: Presses Universitaires de France, 1983. (Que sais-je?)
- RÉMOND, R. *Atlas de L'Histoire de France*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1996.
- RIFKIN, J. *La fin du travail*. Paris: La Découverte, 1997.
- _____. *Le siècle biotechnologie le commerce des gènes dans le meilleur des mondes*. Paris: La Découverte, 1998.
- ROY, P. *Les Agricultures françaises face deux marchés mondiaux*. Paris: Armand Colin, 1993.
- SERVOLIN, C. *L'Agriculture Moderne*. Paris: Seuil, 1989.
- SILGUY, C. *L'Agriculture biologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991. (Que sais-je?)
- VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: Uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.